

JUCESP
25 04 24



JUCESP PROTOCOLO
0.592.574/24-6



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

DESTRA BRASIL LTDA

CNPJ: 10.900.700/0001-96

NIRE: 35.222.650.639

Pelo Presente Instrumento Particular de Alteração Contratual da Sociedade Empresária Limitada, o Sr. **MIGUEL LUIZ GRICHENO**, brasileiro, maior, casado, sob-regime comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.578.068-6 SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 034.105.678-28, residente e domiciliado na Rua Nagib Izar, nº 257– Vila Regente Feijó, CEP: 03337-070, São Paulo - SP, e a Sra. **ELISABETE MOUZINHO ALVES GRICHENO**, brasileira, maior, casada, sob-regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 15.620.850-7 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 729.877.747-53, residente e domiciliada na Rua Nagib Izar, nº 257– Vila Regente Feijó, CEP: 03337-070, São Paulo - SP, os únicos sócios cotistas da sociedade que gira sob a denominação social de **DESTRA BRASIL LTDA**, com sede à Rua da Independência, nº 660 – Cambuci, CEP: 01524-000, São Paulo/SP, com o Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – **JUCESP** sob nº. 35.222.650.639 em sessão de 25/08/2008, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito alterar e consolidarem o Contrato Social nos termos e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

- A empresa poderá apurar resultados em períodos inferiores ao exercício social para fins de Distribuição de Lucros, sendo que a mesma pode ser desproporcional a participação dos sócios em relação ao capital social.
- A Sociedade poderá, a pedido dos sócios, levantar balanços intermediários.
- O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas legalmente.
- A sociedade deliberará a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.
- Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Promovidas às alterações acima enunciadas, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, dando nova redação e disposição a todas as cláusulas que passam a vigorar.

JUCESP
25 04 24

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DESTRA BRASIL LTDA

CNPJ: 10.900.700/0001-96

NIRE: 35.222.650.639

Pelo Presente Instrumento Particular de Sociedade Empresária Limitada, o Sr. **MIGUEL LUIZ GRICHENO**, brasileiro, maior, casado, sob-regime comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.578.068-6 SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº 034.105.678-28, residente e domiciliado na Rua Nagib Izar, nº 257– Vila Regente Feijó, CEP: 03337-070, São Paulo - SP, e a Sra. **ELISABETE MOUZINHO ALVES GRICHENO**, brasileira, maior, casada, sob-regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 15.620.850-7 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 729.877.747-53, residente e domiciliada na Rua Nagib Izar, nº 257– Vila Regente Feijó, CEP: 03337-070, São Paulo - SP, os únicos sócios cotistas da sociedade que gira sob a denominação social de **DESTRA BRASIL LTDA**, com sede à Rua da Independência, nº 660 – Cambuci, CEP: 01524-000, São Paulo/SP, com o Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – **JUCESP** sob nº. 35.222.650.639 em sessão de 25/08/2008, resolve na melhor forma de direito consolidar o Contrato Social nos termos e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial de **DESTRA BRASIL LTDA**, e tem sua sede na Rua da Independência, nº 660 – Cambuci, CEP: 01524-000, São Paulo/SP.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade explorará o ramo de:

- **CNAE: 32.92-2-02:** Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional;
- **CNAE: 22.29-3-01:** Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico;
- **CNAE: 46.49-4-99:** Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso Pessoal e doméstico não especificados anteriormente;
- **CNAE: 46.42-7-02:** Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho.
- **CNAE: 47.44-0-01:** Comércio varejista de ferragens e ferramentas.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais), dividido em 500 (quinhentas) quotas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, neste ato, totalmente integralizado e subscrito em moedas corrente do país, e distribuída entre os sócios da seguinte forma:



DUCE SP
25 04 24

Sócios	N.º de Cotas	Valor em R\$	Proporção
Miguel Luiz Gricheno	495	R\$ 49.500,00	99%
Elisabete Mouzinho Alves Gricheno	5	R\$ 500,00	1%
Total	500	R\$ 50.000,00	100%

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, em conformidade com o artigo 1052 da Lei nº 10.406 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUARTA

As quotas da sociedade serão indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas aos herdeiros, sem o expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, o direito de preferência a aquisição se postas à venda.

CLÁUSULA QUINTA

A administração da sociedade caberá a todos os sócios Sr. **MIGUEL LUIZ GRICHENO, ELISABETE MOUZINHO ALVES GRICHENO**, em **CONJUNTO** ou **SEPARADAMENTE**, podendo assinar cheques da empresa e outros documentos que digam respeito à sociedade, ficando, porém proibidos de usarem o nome da empresa para fins estranhos, tais como: endosso de favor, avais e demais correlatos que possam onerar a presente sociedade, sendo que se os mesmos infringirem esta cláusula ficarão responsáveis pelo compromisso assumido.

Parágrafo Primeiro Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Segundo Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA SEXTA

A sociedade iniciou suas atividades em 14 de julho de 2008, e seu prazo de duração é indeterminado, podendo, no entanto, desfazer-se a qualquer tempo, por vontade de um dos sócios, sendo, entretanto, obrigado a avisar o sócio remanescente sua decisão com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito, e seus haveres lhes serão reembolsados.

CLÁUSULA SÉTIMA

- A empresa poderá apurar resultados em períodos inferiores ao exercício social para fins de Distribuição de Lucros, sendo que a mesma pode ser desproporcional a participação dos sócios em relação ao capital social.



DUCE SP
25 04 24

- A Sociedade poderá, a pedido dos sócios, levantar balanços intermediários.
- O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas legalmente.
- A sociedade deliberará a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.
- Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA

Todos os sócios terão direito a retirar mensalmente uma importância a título de pró-labore, previamente combinado e que será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA NONA

No caso de falecimento ou interditando qualquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA

Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

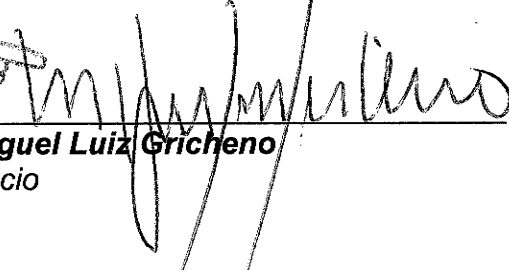
Fica de comum acordo e eleito o foro do Município de São Paulo, para solução de qualquer divergência que venha a surgir em razão deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados na melhor forma de direito e de comum acordo firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

São Paulo, 26 de março de 2024.


Elisabete Mouzinho Alves Gricheno
Sócia

12º SUBO
CAMBUCI


Miguel Luiz Gricheno
Sócio

ALIO NO VERSO

92300
45 40 25

12.º SUB. CAMBUCI - REGISTRO CIVIL - Letícia Araújo Ferreira - Oficial de Registro
(Rua Albuquerque Maranhão, 106 - CEP: 01540-020 - Fone: (11) 3207-1086 - Cambuci - SP - Capital

Reconheço por semelhante as firmas das (1) NICHIEL LUI
MARTINI e (1) ELISABETH WATIMBU ARAUJO GUTEN, em
documento com valor reconhecido, a qual contém um padrão
disponível para autenticação.

Em 16 de abril de 2024.

Letícia Araújo Ferreira - Oficial de Registro
Telefone: (11) 3207-1086

REGISTRO CIVIL DO CAMBUCI
12.º SUBDISTRITO - SÃO PAULO - SP
GIOVANNA ADRIELY DE ANDRADE CIRILLO
ESCREVENTE AUTORIZADA

115154

C11025AA0568370

C11025AA0568371

JUCESP

16

16 ABR 2024

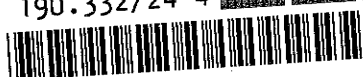
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP



CERTIFICA O REGISTRO
SOB O NÚMERO

MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL

190.332/24-4



JUCESP